

## **Linguagem e Instituições Sociais em Skinner e Austin**

*(Language and Social Institutions in Skinner and Austin)*

**Peter Endemann e Emmanuel Zagury Tourinho(\*)**

Universidade Federal do Pará

O contexto teórico no qual o presente estudo se insere começa com a chamada “virada lingüística”, movimento realizado por autores de diferentes áreas do conhecimento (e.g., Souza Filho, 1992; Ottoni, 2002) e que entendia ou tentava entender a linguagem como uma forma de ação, social e concreta, isto é, um fato social datado e determinado. Esse movimento revela uma clara reação a autores anteriores que entendiam a linguagem como um sistema capaz de representar a realidade, ou seja, capaz de traduzir suas essências ou seus caracteres a partir de sentenças lógica e racionalmente elaboradas

A chamada “virada lingüística” trouxe à luz novos contornos no entendimento da linguagem, transferindo o foco de análise de uma linguagem concebida apenas como sistema de representação, no qual a realidade poderia ser representada de modo verdadeiro ou não, para uma linguagem tida como ação, que não apenas representa a realidade, mas atua sobre ela constituindo-a em uma relação culturalmente datada e determinada. E esta relação já implica tanto uma reformulação na questão da verdade como uma reaproximação entre o sujeito que conhece e atua sobre a realidade e a própria realidade, diferentemente da visão clássica, de acordo com a qual o sujeito era supostamente arrancado de sua realidade para poder representá-la pela linguagem.

À luz dos pensamentos platônico, cartesiano, galileano, empirista, positivista, da semântica clássica e de tantos outros, o conhecimento filosófico ou científico tido como válido e verdadeiro definia-se por uma suposta correspondência entre um conjunto de enunciados e as essências ou caracteres do mundo empírico. Esses autores são chamados de representacionistas por entenderem a linguagem, em termos mentalistas, como um

(\*)Nota dos autores: A elaboração deste trabalho foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq (Programa PIBIC/UFGA e Processos 305743/2004-0 e 470802/2004-9).

Endereço: Rua dos Tamoios, 1362. Bairro do Jurunas. Belém-Pará. CEP-660025-540.

E-mail: peterendemann@hotmail.com

sistema de representação da realidade. Segundo Hacker (1997/1999), “o que é comum a toda esta longa tradição é a convicção de que a filosofia é uma disciplina cognitiva, vale dizer, que ela tem por objetivo a verdade” (p. 10).

Podemos acrescentar, ainda, nesta lista, o ‘primeiro’ Wittgenstein, porém, é com ele, ou melhor, com o ‘segundo’ Wittgenstein (1953/1988), que temos o começo de uma reviravolta na história da filosofia, quando a linguagem é colocada como o “berço” de todo o conhecimento filosófico possível e, por isso, o cerne das investigações filosóficas. Segundo Lampreia (1992), em um trabalho que analisou as propostas anti-mentalistas de Piaget, Vygotsky e Skinner à luz do pensamento wittgensteiniano, Ludwig Wittgenstein (1889-1951) “procurou dissolver os problemas da filosofia combatendo a visão representacional da linguagem... sua estratégia consistiu em reformular a noção de representação, destruindo a lógica dualista em seus fundamentos” (p. 273). Para Wittgenstein, toda representação já se dá em um contexto lingüístico e até mesmo o que é considerado como extralingüístico, como por exemplo o mundo empírico a ser representado, já está inserido em redes de significação, assim chamadas também por Wittgenstein, e em níveis de generalidade distintos, de ‘formas de vida’.

Segundo Wittgenstein (1953/1988), não é a realidade que se impõe à linguagem e nos obriga a fazer as representações que fazemos, se é que fazemos alguma, mas, ao contrário, é a linguagem que se impõe à realidade e a configura a partir destas redes de significação, que por sua vez, é regida por um sistema de regras normativas, arbitrárias e mutáveis. A realidade não é conhecida no sentido de que são apreendidas suas essências, mas enquanto diferentes práticas ou formas de interação. A realidade se constitui a partir destas práticas, a partir da linguagem.

A leitura dos principais autores focalizados no presente estudo, a saber, B. F. Skinner (1904-1990) e J. L. Austin (1911-1960), sugere ser possível neles encontrar certa proximidade com a proposta wittgensteiniana na abordagem da questão da verdade ou da possibilidade de, a partir da linguagem, descrever propriedades verdadeiras da realidade. O mesmo pode ser dito com respeito à questão do significado e do papel das convenções na relação linguagem e realidade.

## LINGUAGEM E VERDADE

Em 1955, Austin proferiu várias conferências que foram publicadas, em 1962, no livro *How to do things with words*, traduzido, em 1990, com o título *Quando dizer é fazer: Palavra e ação* (Austin, 1962/1990). Nessa obra, Austin começa por diferenciar o que seriam os proferimentos constatativos e os performativos. Os constatativos seriam todas as declarações, não necessariamente verdadeiras ou falsas, porém submetidas a estes termos quando avaliadas. Os performativos são proferimentos que podem ser

conformados ou não na categoria gramatical chamada declaração, no entanto, não descrevem nem relatam e nem são ‘verdadeiros’ ou ‘falsos’. O proferimento dos performativos é a realização de uma determinada ação. ‘*Aceito esta mulher como minha legítima esposa*’ ou ‘*batizo este navio com o nome de...*’ são exemplos de proferimentos que, quando realizados em circunstâncias adequadas, isto é, em uma cerimônia de casamento ou de batismo, não descrevem ou relatam coisas ou a ação que se está realizando, mas a praticam e, posto isto, não podem ser ‘verdadeiros’ ou ‘falsos’, mas, segundo Austin, felizes ou infelizes, dependendo de sua realização e conformidade a certas convenções.

Austin chama atenção para o fato de que para se realizar uma determinada ação, não é preciso apenas o proferimento de certas palavras, mas é sempre necessário que estas palavras sejam proferidas em circunstâncias apropriadas. No caso do casamento, algumas implicações sociais poderiam não permitir a realização deste ato. Por exemplo, caso a pessoa já fosse casada ou estivesse em uma taberna e não em uma igreja ou tribunal, ou ainda se o padre não fosse padre. Proferimentos desta espécie podem ter a aparência ou forma gramatical de uma ‘declaração’, mas quando digo ‘*aceito esta mulher como minha legítima esposa*’ não estou relatando ou descrevendo algo, mas me casando. Lembrando que casar-se não envolve apenas o proferimento de algumas palavras, mas também um conjunto de pressupostos e condições, Austin (1962/1990) elabora um conjunto de regras e convenções que devem ser respeitadas para a realização total de uma dada ação, de um ato de fala, ou seja, sua felicidade. A esse conjunto de regras, ele dá o nome de *doutrina das infelicidades*.<sup>1</sup>

Austin (1962/1990) submete, a princípio, os ‘constatativos’, que são todas as declarações, inclusive as dos filósofos, à noção de ‘verdadeiro’ ou ‘falso’, e os ‘performativos’, à doutrina das infelicidades, ou seja, submete-os, a partir de sua conformidade ou não a certas convenções, a serem felizes ou infelizes. Mas, segundo Austin, as declarações, ou melhor, o ‘declarar’ não se diferencia, em nenhum aspecto especial, de outras ações e parece mesmo estar sujeito a todos os critérios de infelicidades aos quais estão sujeitos os ‘performativos’ em geral. Não há, segundo Austin, posicionamento contraditório entre o fato de, ao emitirmos um dado proferimento, por

<sup>1</sup>A doutrina das infelicidades é apresentada por Austin (1962/1990) nos seguintes termos:

“(A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e, além disso, (A.2) que as pessoas e as circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado. (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e (B.2) completo. (G.1) No caso em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso, (G.2) devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente” (p. 31)

exemplo, uma declaração, estarmos fazendo algo e o fato de esta declaração ser 'verdadeira' ou 'falsa'. Declarar, então, é apenas um entre os vários atos de fala. "Uma vez que percebemos que o que temos de examinar não é a sentença, mas o ato de emitir um proferimento numa situação lingüística, não se torna difícil ver que declarar é realizar um ato" (Austin, 1962/1990, p. 115).

Desta forma, Austin (1962/1990) chama atenção para um outro ponto, que é o da correspondência entre a declaração e os fatos ou o que conhecemos dos fatos. A correspondência ou não correspondência pode afetar o ato de declarar, assim como, por exemplo, o ato de avisar, produzindo, dessa forma, ações, não verdadeiras ou falsas (no sentido tradicional), mas felizes ou infelizes. A 'verdade', enquanto correspondência com os fatos ou o que se conhece deles é, então, segundo Austin, importante e se constitui, de certo modo, em um critério para a eficácia das ações e não mais, como no sentido tradicional, em acuidades na representação de propriedades empíricas do mundo. Um exemplo, entre outros, de Austin que expressa seu posicionamento em relação a esta questão e que define o que seja para ele uma verdade esquemática é o seguinte:

Suponhamos que confrontamos 'A França é hexagonal' com os fatos, nesse caso, com a França, suponho. Esta declaração é verdadeira ou falsa? Bem, se assim o desejamos, é verdadeira em certa medida. É claro que se pode entender o que se quer dizer com a afirmação de que é verdadeira para certos fins e propósitos. Talvez seja suficiente para um general, mas não o será para um cartógrafo (Austin, 1962/1990, p. 117).

Um conceito em Skinner, que se faz importante para a compreensão de sua posição diante desta questão sobre a verdade, é o próprio conceito de comportamento verbal<sup>2</sup> cujos determinantes não se encontram em uma realidade empírica à qual este ou aquele enunciado se refere, mas em um conjunto de regras e pressupostos construído e atualizado historicamente por imposição de uma dada comunidade verbal. Desta forma, Skinner (1957/1992) não oferece um tratamento representacionista para a questão da linguagem, e até mesmo interdita qualquer possibilidade de tratamento deste tipo quando afirma que a análise do comportamento verbal deve ser realizada a partir dos princípios e métodos válidos para a análise do comportamento como um todo. Este posicionamento fica claro quando Skinner, no começo da obra *O comportamento verbal* (1957/1992), afirma que "os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de sua ação" (p. 1)

<sup>2</sup> Uma discussão mais elaborada sobre o comportamento verbal e seus determinantes será realizada na seção *Linguagem e convenções*.

Um outro conceito importante para a mesma questão é o de conhecer. Conhecer, para Skinner (1974/1993), é um responder diferenciado a certos aspectos da realidade, uma probabilidade de emissão de comportamentos mais efetivos. Segundo Tourinho (1994), em uma análise epistemológica da obra de Skinner, os problemas da relação entre linguagem e realidade, do conhecer e da verdade resumem-se à “suposição de que o mundo que existe é o mundo que dispõe contingências de reforçamento e conhecê-lo é operar com eficácia diante do mesmo” (p. 156).

Tendo em vista que a realidade é conhecida, segundo Wittgenstein (1953/1988), enquanto diferentes práticas ou formas de interação, e que conhecer, para Skinner (1974/1993), é um responder diferenciado a certos aspectos da realidade, ou seja, uma probabilidade de emissão de comportamentos mais efetivos frente a esta realidade, podemos apontar uma aproximação desses autores quanto à idéia de que a descrição de fatos ou o que se conhece deles já constitui um responder diferenciado a parcelas diversas da realidade. Isto é, o conhecimento seria um responder condicionado por contingências dispostas por uma dada comunidade e determinado por regras e convenções que modelam formas de interação com a realidade. Enquanto relação de um indivíduo com o mundo circundante, o conhecer, em particular o conhecer verbal, é determinado, primariamente, por interesses do grupo ao qual pertence o indivíduo. Da mesma forma, podemos observar que, quando Austin (1962/1990) nos fala que é importante a correspondência da ‘verdade’ com os fatos, esta verdade já é uma verdade esquemática, ou seja, uma ‘verdade’ sistematizada a partir de certas necessidades e para certos fins de uma dada comunidade na qual este ou aquele conhecimento, isto é, este ou aquele conjunto de práticas é suficiente e válido.

Nesse contexto, termos como ‘verdade’ e ‘falsidade’ dizem respeito à funcionalidade das descrições e não, como pensado no representacionismo, a uma competência na acuidade de representações da realidade.

Tendo em vista essas questões, Tourinho (1994) argumenta, com base nas proposições de Skinner, sobre a impossibilidade de haver uma “distinção entre o mundo que dispõe contingências de reforçamento com as quais os organismos interagem e um suposto mundo real diferente daquele” (p. 155), e afirma que o “problema do conhecimento se circunscreve às contingências de reforçamento dispostas no mundo e ao comportamento humano diante das mesmas” (p. 155). Segundo Skinner (1957/1992),

O cientista constrói um conjunto de respostas para uma dada situação por causa das contingências de reforço estabelecidas pela comunidade verbal científica. O poeta emite um conjunto de respostas inteiramente diferentes para a mesma situação porque elas são eficientes de maneira diferente. ... Qual dos dois comportamentos corresponde mais de perto com a situação constitui para nós uma questão de acuidade ou de compreensibilidade do que uma questão de interesses e práticas das comunidades verbais (p. 127).

O que pode diferenciar, segundo Tourinho (1994), o comportamento verbal do cientista e do poeta, visto que ambos estão em contato com o mesmo mundo, é o fato de que “a funcionalidade do primeiro se expressa em termos do que propicia de previsão e controle dos fenômenos dos quais se ocupa” (p. 117).

Quando Skinner descaracteriza a idéia de verdade como representação da realidade, ele abandona a idéia, trazida pela longa tradição citada, de que o cientista ou o filósofo entra em contato com alguma essência do mundo inacessível ao leigo. Skinner (1974/1993) coloca essa questão em termos de efetividade de práticas de indivíduos em sua relação com o mundo circundante. Uma suposta verdade, em termos absolutos, só seria alcançada no momento em que se chegasse a uma prática indiscutivelmente mais eficaz do que qualquer outra em relação a uma dada parcela da realidade, porém isso é impossível e seria uma contradição para o próprio entendimento do comportamento verbal científico. Não há, por exemplo, seja entre o general e o cartógrafo ou entre o cientista e o poeta, um discurso privilegiado que não seja em termos de valor e status para uma determinada sociedade.

A verdade, tanto para o poeta como para o cientista, não se sobrepõe uma à outra, assim como não se sobrepõe a do general e a do cartógrafo. A verdade, aqui, é mais, segundo Skinner (1957/1992), “uma questão de interesses e práticas das comunidades verbais” (p. 127), e segundo Austin, esquemática para certos fins e propósitos. Em Skinner, uma asserção científica será verdadeira ou não dependendo da eficácia (dos efeitos) das interações entre o homem e seu mundo. Nesse contexto de análise, a ‘verdade’ se circunscreve ao verbal e, assim como em Wittgenstein (1953/1988), não é determinada pela natureza das coisas, mas determinada, enquanto comportamento verbal, como outro qualquer, por contingências dispostas por uma comunidade verbal.

Em suma, as realizações lingüísticas, como definidas em cada autor, são relações do homem com o mundo que o cerca e determinadas por convenções instituídas em uma dada comunidade lingüística. Tanto as práticas como a produção de sentido que delas decorre, como por exemplo, a noção de verdade, são, de certa forma, mantidas por um critério de funcionalidade.

## LINGUAGEM E CONVENÇÕES

Dois aspectos discutidos na seção anterior merecem uma apreciação adicional. O primeiro aspecto diz respeito à proposição de que a linguagem não pode ser entendida, a partir do modelo wittgensteiniano, por uma teoria que a revele como um sistema de representação da realidade, mas apenas como uma forma de agir sobre o mundo, determinada pelas necessidades e práticas de uma comunidade lingüística ou verbal, sendo encontrado, deste modo, um paralelo com o que foi afirmado a partir de Skinner e

Austin. O segundo aspecto refere-se à idéia de que a noção de verdade, tanto em Skinner como em Austin, teria recebido um novo tratamento, isto é, em vez de ser concebida como uma suposta correspondência entre linguagem e realidade, passa a ser elaborada à luz de critérios de funcionalidade e de eficácia de certas ações.

Os critérios de funcionalidade podem ser interpretados como formulados a partir de convenções que vão sendo instituídas por práticas lingüísticas em uma dada comunidade e que as determinam. Essa interpretação mostra-se compatível com os pontos de vista de Skinner e de Austin. As convenções atendem às necessidades desta ou daquela comunidade, sendo, então, o 'uso' das palavras determinado, não pela natureza das coisas, como já está claro, mas pelas convenções e, mais especificamente, segundo Wittgenstein (cf. Lampreia, 1992), pelas regras gramaticais. Isto não significa dizer, pelo menos em Wittgenstein (1953/1988), que não haja a prática daquilo que chamamos de 'representação'. A diferença é que aquilo que é representado não é o mundo empírico como queriam os representacionistas, mas algo que já é, de uma dada maneira, construído pela linguagem e, por isso, convencional, ou seja, socialmente determinado por regras lingüísticas. As regras gramaticais, aqui, não são apenas regras gramaticais *stricto sensu* (fonéticas, sintáticas, semânticas), mas também, e sobretudo, pragmáticas. No âmbito da Análise do Comportamento, essas regras, que têm um papel normativo para o uso das palavras, são compreendidas como "descrições das condições que determinam seu uso, das situações nas quais seu emprego é considerado legítimo" (Tourinho, 1994, p. 83). Legitimado, é claro, por convenções arbitrariamente instituídas e, portanto, passíveis de serem modificadas ao longo do tempo.

A determinação imposta pelas regras não se constitui como algo fixo ou invariável na criação plena de meros autômatos pela reprodução destas mesmas regras, mas, constitui-se mais como uma questão de indicar em quais circunstâncias pode ser convencionalmente realizado um ato lingüístico.

Segundo Wittgenstein (1953/1988), "o termo '*jogo de linguagem*' deve aqui salientar que falar uma linguagem é parte de uma atividade, ou de uma forma de vida" (§ 23, p. 35, *italico do autor*). Como em Wittgenstein a linguagem não pode ser compreendida por uma teoria, mas pelo uso, temos asserções tais como: "chamarei também de '*jogos de linguagem*' o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada" (Wittgenstein, § 7, p. 30). Os jogos de linguagem são, grosso modo, uma convergência contextualizada dos vários aspectos que envolvem o uso da linguagem em sua totalidade, entre eles, as regras, as diferentes combinações de palavras, atitudes, formas de comportamentos, os efeitos etc. Deste modo, jogos de linguagem referem-se a diferentes formas de ação e indicam diferentes '*formas de vida*'.

Segundo a definição do comportamento verbal elaborada por Skinner (1957/1992), qualquer comportamento que afete um outro organismo pode ser verbal, mas para que

essa definição não acabe por abranger todo comportamento social, Skinner restringe o que é verbal àquelas instâncias nas quais a resposta de um ouvinte foi condicionada por uma história anterior de reforçamento. Segundo Skinner, “uma descrição adequada do comportamento verbal precisa cobrir apenas aqueles aspectos do comportamento do ouvinte necessários para a explicação do comportamento do falante” (Skinner, 1957/1992, p. 2).

Skinner (1957/1992) argumenta que “muitas vezes ... um homem age apenas indiretamente sobre o meio físico do qual emergem as conseqüências últimas de seu comportamento. Seu primeiro efeito é sobre outros homens” (p. 1). Lampreia (1992) resume o comportamento verbal como “todo comportamento reforçado através da mediação de outras pessoas” (p. 204). Segundo Abib (1994), “o conceito de comportamento verbal... aplica-se apenas ao comportamento verbal do falante... o ouvinte é um membro de uma comunidade verbal que modela e mantém o comportamento do falante de acordo com as práticas de reforçamento da comunidade” (p. 476).

Um exemplo que pode nos ajudar a melhor entender o que está sendo dito para o conceito de comportamento verbal à luz das convenções é o de uma pessoa que acende e apaga a luz diversas vezes para avisar alguém que está na hora de fazer algo. Acender e apagar a luz não são comportamentos verbais, porém a pessoa pode vir a comportar-se verbalmente ao fazê-los, basta que, para isso, uma outra pessoa, ‘ouvinte’, tenha sido devidamente condicionada, e aí temos uma convenção, a responder de modo apropriado, por exemplo, à emissão de luz tantas vezes vindas de um lugar específico e realizada pela pessoa tal. E este responder apropriado é, de certa forma, o que mantém o comportamento de acender e apagar a luz enquanto disposição de estímulos verbais. Segundo Skinner (1957/1992), “o comportamento verbal é modelado e mantido por um ambiente verbal – por pessoas que respondem, de diversas maneiras, ao comportamento por causa das práticas do grupo do qual elas são membros” (p. 226). É possível que a emissão de uma resposta em uma outra situação, não revele a função particular de estímulo verbal. Quando a pessoa acende e apaga a luz para avisar algo a alguém, o comportamento, enquanto operante, que está realizando, é o comportamento verbal de avisar, pois este é o que ali está sendo determinado pelas variáveis dispostas em uma comunidade verbal, e que permitem, a partir de certas regras, o indivíduo avisar ao acender e apagar a luz em circunstâncias apropriadas.

Do mesmo modo, quando Austin (1962/1990) afirma que a doutrina das infelicidades abrange e se aplica a todos os atos rituais e cerimoniais, ou seja, a todos os atos convencionais, o que inclui todo o verbal, deixa claro que os atos de fala estão inseridos na teoria das ações como um todo, pois que a “infelicidade é um mal herdado por todos os atos cujo caráter geral é ser ritual ou cerimonial, ou seja, por todos os atos *convencionais*” (p. 34).

No que se refere, especificamente, ao verbal e diante da possibilidade de que toda realização verbal seja a realização de um ato, Austin (1962/1990) abandona a diferença entre os constatativos e performativos e elabora uma nova diferença para dar conta do que ele chama de 'ato de fala', diferença esta apenas didática, como deixa claro no seguinte trecho: "o ato de fala total considerado em uma situação em sua totalidade é o único fenômeno real que estamos, em última análise, engajados em elucidar" (p. 121). A realização deste ato total de fala é a realização de três atos concomitantes: o ato locucionário, o ilocucionário e o perlocucionário. O ato locucionário está mais próximo do dizer algo, é identificado às condições produzidas apenas pelas regras e convenções estritamente lingüísticas, como, fonéticas, sintáticas etc. O ato ilocucionário é atribuído à própria ação realizada. Na fórmula elaborada por Austin, dizer X é fazer Y, dizer vá!, por exemplo, poderia ser, dependendo da análise, um ordenar alguém. O ato locucionário se aproxima do X enquanto o ato ilocucionário é o próprio Y. É nesse sentido que Austin diz que o significado de certas palavras pode ser o de uma ordem. O significado, no sentido austiniano, aproxima-se e é expresso pela força ilocucionária e depende de uma análise das circunstâncias, das convenções, das práticas sociais na constituição dos atos ilocucionários para sua definição. O ato perlocucionário é definido pelos efeitos não convencionais apresentados pelo ouvinte, como por exemplo, o alarmar alguém quando estou apenas avisando<sup>3</sup>. Enquanto o ato ilocucionário seria o ato realizado ao dizer tal coisa, o perlocucionário seria o ato realizado por ter dito tal coisa.

Vejamos, então, o que nos diz Austin (1962/1990) sobre a relação entre o proferimento de certas palavras, com sentido e referência determinados e atribuídos ao ato locucionário e sua constituição em um ato ilocucionário dotado de uma determinada força por consequência de sua conformidade a certas regras e dependência a certos efeitos:

Geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato, cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente seja, a *única* coisa necessária para a realização do ato. Genericamente falando, é sempre necessário que as *circunstâncias* em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, *apropriadas*; freqüentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realize determinadas ações (p. 26, itálico do autor).

<sup>3</sup> Sobre o ato perlocucionário, ver a discussão elaborada na seção *Compreensão e apreensão como critérios de eficácia*.

Desta forma, podemos observar, em Austin (1962/1990), que “além do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas, em geral, têm de ocorrer do modo adequado” (p. 30). A realização de um performativo depende de sua conformidade a regras e condições estabelecidas em uma determinada sociedade, não importando o grau de formalidade das relações. O papel das convenções, neste contexto, é determinante para a relação linguagem e realidade, isto é, além dessas convenções serem instituídas, enquanto parte de um processo de práticas e necessidades de uma dada comunidade, elas também determinam a relação entre linguagem e realidade que as constituem.

À primeira vista, não haveria, no que se refere à divisão do ato de fala em três outros, uma concordância entre Skinner e Austin, porém é preciso chamar atenção para o fato de que Austin quando assim procede não parece estar dividindo o ato, como ele mesmo deixa claro, mas apenas tentando articular distintas especificidades das condições que atuam sobre o ato de fala como um todo. Tanto Skinner quanto Austin dirigem suas análises para as condições (incluindo os efeitos) das realizações lingüísticas. O que há é apenas uma diferença no modo em que eles decompõem, analisam as condições do fenômeno em questão.

Tratando esta questão em termos funcionais, o ato locucionário diz respeito à topografia da resposta, enquanto o ato ilocucionário, à função da resposta. Isto nos conduz a duas outras questões. A primeira é que mesmo sendo a topografia da resposta colocada em um plano secundário de análise, qualquer interferência nesta topografia por imposição de alguma variável estranha, ou como chama Austin (1962/1990), alguma falha no procedimento convencional invocado, levará o ato de fala a sua infelicidade, ou atribuirá à resposta uma outra função. A segunda questão, por consequência da primeira, diz respeito ao fato de que mesmo não havendo interferências na topografia usual, ou falhas no procedimento convencional, o ouvinte, por ter uma história particular, pode revelar efeitos não esperados, o que define o ato perlocucionário e o que impõe à resposta, por ser esta a relação entre as condições e seus efeitos, uma conformação diferenciada.

As convenções ganham expressão na ótica behaviorista a partir do condicionamento operante promovido por contingências de reforçamento providas por uma comunidade verbal e isto é observado quando Skinner (1957/1992) restringe o que é verbal apenas àquelas instâncias nas quais a resposta de um ouvinte foi condicionada por uma história anterior de reforçamento em um ambiente verbal. A partir disso, como no exemplo do acender e apagar a luz, pode-se perceber que, para que haja tal comportamento, é preciso o estabelecimento de uma convenção entre o falante e o ouvinte, a fim de o primeiro comportar-se verbalmente. Porém, é preciso deixar claro que a interação verbal que um indivíduo, enquanto falante, mantém com o mundo circundante é determi-

nada por convenções que se estendem por toda uma rede complexa de relações interpessoais.

## SIGNIFICADO E FORÇA ILOCUCIONÁRIA

Segundo Lampreia (1992),

Wittgenstein coloca em outros termos a relação linguagem e realidade... com isso ele dissolve as reificações estabelecidas pela visão tradicional... Ao conceber a linguagem como uma forma de ação, ele mostra que o significado se dá no contexto de atividades humanas podendo, portanto, variar (p. 275).

O contexto das atividades humanas referidas por Wittgenstein (1953/1988) insere-se em uma rede de significações, sendo, então, um contexto lingüístico. Ainda segundo Lampreia, “o contexto lingüístico significa não apenas as significações de um momento atual, mas um sistema de significações anteriores que proporcionam a interpretação atual” (Lampreia, 1992, pp. 273-274). A partir do conceito de ‘jogos da linguagem’, que varia segundo regras gramaticais, visto no tópico anterior, podemos dizer que o significado, por depender do ‘jogo de linguagem’ no qual está inserido, variará também segundo determinadas regras de uso.

Austin (1962/1990) afirma que as palavras, em uma determinada ocasião, precisam ser analisadas no contexto em que são proferidas. A partir desta afirmação, Austin distingue *significado* de *força ilocucionária* por acreditar que o termo *significado* já estava bastante atrelado a questões como sentido e referência. Segundo Souza Filho (1992), em um trabalho que focalizou autores como Austin, Wittgenstein e Habermas na discussão sobre filosofia da linguagem, ideologia, política etc., o “*significado*, enquanto conceito fundamental da filosofia, passa a ser substituído por *força ilocucionária*, e, conseqüentemente, a Teoria da Linguagem dá lugar a uma Teoria da Ação na qual se incluem os atos de fala” (p. 28).

Austin (1962/1990) submete, a partir disto, a noção de significado, como entendida pela filosofia da linguagem, à esfera do ato locucionário, por ser este exclusivamente lingüístico, apesar de sempre, assim como em Wittgenstein, depender do contexto no qual ocorreu seu proferimento. E submete, também, a noção de força ilocucionária ao ato ilocucionário, ou seja, à ação propriamente dita.

Sobre o significado de repostas verbais, Skinner (1957/1992) rejeita as explicações tradicionais segundo as quais o significado expressaria idéias, imagens etc., pois este modo tradicional, segundo o próprio Skinner (1957/1992), pode vir a desencorajar uma análise funcional do comportamento verbal, por remeter o pesquisador a entidades

abstratas e, de certa forma, autônomas e, por conseqüência, levá-lo a atribuir uma existência independente ao significado.

Skinner (1957/1992) não tenta redefinir o termo significado para que este caiba em seu sistema explicativo, pois segundo ele, “esses termos tradicionais carregam muitas conotações irrelevantes...” (p. 115). Segundo Skinner, “quando alguém diz que pode perceber o significado de uma resposta, ele quer dizer que pode inferir algumas das variáveis das quais a resposta é função” (p. 14). Tourinho (1994) argumenta que “só seria possível falar de ‘significado’ de respostas verbais se com isso se pretendesse indicar as variáveis das quais aquelas respostas são função” (p. 161). Isto permite uma compreensão comportamental para o conceito de significado, o que fica claro na definição formulada por Skinner:

podemos *ver* significado ou propósito no comportamento e, portanto, não deveríamos omitir tal significado de nossa explicação. Mas o significado não é propriedade do comportamento enquanto tal, mas das condições sob as quais o comportamento ocorre. Tecnicamente, os significados devem ser buscados entre as variáveis independentes em uma explicação funcional e não como propriedades da variável dependente (Skinner, 1957/1992, p. 14, *itálico do autor*).

Deste modo, nem Skinner nem Austin redefinem o conceito de significado, mesmo que, em certos momentos, o termo significado tenha expressão em suas elaborações. Não o redefinem no sentido de não traduzirem os demais conceitos a ele atrelados, conceitos como ‘idéias’, ‘imagens’, ‘informações’, ‘referente’ etc. O que fazem é uma tentativa de atrelar o termo *significado* a outros usos e práticas que sejam mais eficazes no interior de seus sistemas e suas elaborações. Mas não se confunda, aqui, esta tentativa com uma suposta redefinição do termo. O termo *significado*, no modelo representacionista, ou mesmo, as atribuições feitas a esse termo, neste modelo, o identificavam a entidades abstratas, como nas teorias ideacionais e outras e a propriedades do mundo empírico, como na teoria referencial.

Quando Austin (1962/1990) diz que certas palavras podem ter o significado de uma ordem não faz referência, exclusiva e permanente, a qualquer entidade ou propriedade física do mundo empírico, mas, primariamente, às convenções e práticas instituídas em uma dada comunidade e ao contexto atual em que ocorre seu proferimento. Se as mesmas palavras forem proferidas em um outro contexto, podem vir, e é quase certo que virão, a perfazer uma outra ação e em termos wittgensteinianos, estarão inseridas em um outro ‘jogo de linguagem’ e, por isso, terão um outro significado. No que se refere a Skinner, esta questão é lembrada por Tourinho (1994) na seguinte afirmação:

... respostas foneticamente idênticas não constituem necessariamente o mesmo operante, pois podem estar sob controle de conjuntos diferenciados de contingências; o que define um operante verbal não é sua forma fonética, mas a resposta e suas relações com as contingências de reforçamento (p. 116).

Austin (1962/1990), por este mesmo motivo, não dá ênfase a significados de palavras circunscritas apenas ao que é exclusivamente lingüístico, como é observado na filosofia da linguagem.

O que é percebido na obra de Austin (1962/1990), é uma ênfase nas ações realizadas e seus efeitos e seus significados no interior de uma cultura (com todo seu aparato institucional) e em um contexto atual de realização. Ao evitar o termo *significado*, nesta ênfase dada por Austin às ações, este desenvolve um outro conceito para nortear toda e qualquer ação convencional no interior desta cultura e deste contexto atual. Este conceito é o de força ilocucionária.

A força ilocucionária, segundo Souza Filho (1992), não tem sua origem no falante ou em sua ação propriamente dita, “mas na existência de práticas e convenções que tornam possíveis estas situações e a execução de determinados atos em seu interior” (p. 23). A força ilocucionária é encontrada, então, nas circunstâncias em que ocorre uma determinada ação e, em última análise, nas convenções a tornar possíveis tais circunstâncias e os atos aí realizados. Um ato ilocucionário, assim, pode ter a força de um pedido ou de uma ordem etc. Para que seja indicada qual a força que um proferimento adquiriu em uma determinada situação, vimos que Austin (1962/1990) utiliza a fórmula ‘Dizer X é fazer Y’. Segundo Souza Filho (1992)

*Ordeno-lhe que dispare sua arma!* adquire a força de uma *ordem* se o falante possui autoridade suficiente para dar esta ordem, se a ordem é exequível, se é dirigida à pessoa adequada e se formulada corretamente e de forma compreensível... e isto pode ser inferido a partir do contexto em que tal oração é proferida e das convenções que se aplicam (p. 20).

Uma primeira articulação entre o conceito de força ilocucionária desenvolvido por Austin (1962/1990) e a discussão realizada por Skinner (1957/1992) sobre o uso do termo *significado* está no fato de estes conceitos, assim operacionalizados, no interior de cada sistema, não reproduzirem usos e práticas vinculados à noção representacionista de significado e de não haver, por isto, a sustentação de dicotomias clássicas geradas por um modo de aceção da linguagem cujos caracteres estão atrelados a uma dimensão independente das relações, que até mesmo o próprio sistema, enquanto realização verbal como qualquer outra, mantém com o mundo circundante.

Um outro ponto de contato, que mantém Austin e Skinner em coerência com o contexto de análise em que ambos se articulam, ou seja, do anti-representacionismo, é o fato de o ‘significado’ não ter suas origens seja no comportamento, como em Skinner, seja no ato de fala, como em Austin, ou mesmo no indivíduo, mas nas variáveis, nos determinantes destas realizações. Como nos diz Abib (1994): “O comportamento verbal é comportamento operante de natureza social” (p. 475). Tratando-se de um comportamento de origem social, esta realização é indicada – ou seja, qual ação está sendo realizada e qual a relação, em termos sociais, públicos e compartilhados, um indivíduo está mantendo com o ambiente ao comportar-se verbalmente deste ou daquele modo – pela comunidade verbal que dispõe as contingências nas quais está inserido este ou aquele ‘jogo de linguagem’. Assim como todo jogo, por exemplo, o de xadrez, os ‘jogos de linguagem’ estão submetidos a regras; no caso da linguagem, estas são as mesmas regras descritas no decorrer do trabalho. Estas regras, por serem convenções materializadas nas práticas de uma comunidade verbal, em um contexto lingüístico, estão submetidas a uma ‘forma de vida’, o que “envolve também todo o sistema de crenças, toda a mitologia da cultura à qual o indivíduo pertence” (Lampreia, 1992, p. 274) e já estão inseridas em uma rede de significações articulada às “necessidades e interesses de uma cultura que ilumina ou dá significação a uma situação atual” (Lampreia, 1992, p. 274).

Segundo Baptista (2001), “Skinner discute o ‘significado’ do comportamento verbal como estando nas variáveis controladoras do comportamento – variáveis atuais, responsáveis pela manutenção deste, e variáveis anteriores, isto é, as contingências do passado (ou históricas) responsáveis pelo estabelecimento do comportamento” (p. 132). É neste sentido que o significado pode ser visto, também, segundo Tourinho (1994), como “o conjunto de contingências de reforçamento responsáveis pela aquisição e manutenção das respostas verbais” (p. 161). Aqui entra um terceiro ponto que chamou atenção para esta discussão, que é sobre os efeitos, sobre as conseqüências destas realizações. Até aqui foi dada certa ênfase nos antecedentes do comportamento verbal.

Segundo Abib (1997), “o significado encontra-se na relação entre a situação, o comportamento e suas conseqüências. Nunca reside apenas na situação, no comportamento ou nas conseqüências” (p. 147). Esta relação, segundo o conceito de comportamento verbal elaborado por Skinner, é sempre mediada por um ouvinte, que tanto participa, junto a outras variáveis, como estímulo discriminativo, o que aumenta a probabilidade do falante comportar-se verbalmente em ocasiões ‘apropriadas’ e de forma ‘apropriada’ (ou seja, enquanto audiência discriminada, o ouvinte dispõe estímulos que controlam a forma do comportamento do falante, no que se refere a subdivisões de seu repertório, o que envolve até mesmo o silêncio); como participa, também, na disposição de estímulos reforçadores. Estes estímulos são, primariamente, dispostos

pela comunidade verbal da qual fazem parte o ouvinte e o falante.

Será importante, agora, retomar algumas questões levantadas sobre o próprio conceito de comportamento verbal e o de 'ato de fala' e articulá-los à importância de seus efeitos para a aquisição e manutenção de um repertório verbal, ou seja, de probabilidades, especificamente em Skinner, e na realização mesma dos atos de fala, em Austin, quando este discursa sobre as condições de um ato ilocucionário e mais especificamente, sobre a doutrina das infelicidades. Isto será feito no próximo e último tópico.

### COMPREENSÃO E APREENSÃO COMO CRITÉRIOS DE EFICÁCIA

O comportamento verbal "sempre envolve reforço social e deriva suas propriedades características desse fato" (Skinner, 1953/1965, p. 299), sendo assim, esse comportamento depende das condições de um agente reforçador e pode vir a variar com bastante frequência, ou seja, "pode mudar mais prontamente de uma resposta para outra quando o comportamento não for eficaz" (Skinner, 1953/1965, p. 299). "Como muitas vezes o organismo reforçador pode não responder apropriadamente, é mais provável que o reforço seja intermitente" (Skinner, 1953/1965, p. 299).

O organismo reforçador, no caso de um comportamento verbal, sempre será um 'ouvinte'. "O ouvinte é um membro de uma comunidade verbal que modela e mantém o comportamento do falante de acordo com as práticas de reforçamento da comunidade" (Abib, 1994, p. 476).

O que caracteriza o comportamento verbal, em Skinner, é a interação entre um falante e um ouvinte e o que permite, no sentido de estabelecer e manter, as possibilidades desta interação são as práticas de reforçamento de uma comunidade verbal, ou seja, práticas instituídas pelos ouvintes. Alguns determinantes dessas instituições foram discutidos no tópico intitulado *Linguagem e Convenções*. Esta interação é muito bem delimitada nos seguintes termos:

Os falantes não apreendem o mundo e o descrevem em palavras, eles respondem ao mundo, dependendo das maneiras como as respostas foram modeladas e mantidas por contingências especiais de reforçamento. Os ouvintes não extraem informação ou conhecimento das palavras... eles respondem aos estímulos verbais segundo as maneiras com que foram modelados e mantidos por outras contingências de reforçamento. Ambas as contingências são mantidas por um ambiente verbal desenvolvido ou cultural (Skinner 1989/1995, pp. 53-54).

Segundo Skinner (1957/1992), o ouvinte "é parte da ocasião na qual o

comportamento verbal é reforçado e, por isso, torna-se parte da ocasião que controla a força do comportamento” (p. 172).

A partir disto, o que fica claro é que o ouvinte, enquanto probabilidade de disposição de estímulos reforçadores, é um organismo que se comporta neste papel; comporta-se a partir de um repertório estabelecido e mantido por uma história de relações; a própria disposição, já é um comportar-se (que pode ser verbal ou não) sob controle, entre outras coisas, de estímulos verbais dispostos por um falante.

Segundo Austin (1962/1990), em uma das regras da doutrina das infelicidades, “o procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e completo” (p. 31), ou seja, além de requerer circunstâncias apropriadas, o que já envolve as convenções e as práticas instituídas na cultura na qual está inserido, é preciso que o proferimento de certas palavras tenha certos efeitos. A menos que se obtenham determinados efeitos, tal proferimento não terá sido realizado, segundo a doutrina das infelicidades, de forma feliz ou bem-sucedida. Efeitos que podem ser convencionais ou não. Porém, sobre esta questão de os efeitos serem ou não convencionais, a discussão seguinte pode esclarecer alguns pontos.

A dependência de um ato ilocucionário a seus efeitos para se realizar enquanto tal, ou seja, determinado, prescrito e indicado por uma força ilocucionária X, prevê que outras ações precisam ocorrer de modo ‘apropriado’, e que tais ações sejam a indicação, enquanto expressão dos efeitos, de que um ato ilocucionário foi levado a cabo e, por isso, feliz. Isto não quer dizer que o ato ilocucionário consiste apenas na realização de um determinado efeito. O ato ilocucionário, por ser indicado e realizado por meio de uma força, e esta, por sua vez, tendo sua origem e ‘reprodução’ nas práticas instituídas em uma dada comunidade e ainda, tendo em vista que, mesmo respeitando todas as exigências prescritas nas regras da doutrina, o ouvinte pode recusar-se a produzir os efeitos esperados, o ato ilocucionário, apenas enquanto indicação de sua força, pode sim, ser efetuado pelo proferimento de certas palavras em circunstâncias apropriadas, sem requerer um efeito convencional específico por parte de um ouvinte. Quando alguém, estando em uma situação e papel apropriados, fala ‘*eu aposto*’ e a pessoa com quem a aposta deveria se realizar diz não, este alguém apostou ou não? Para responder a esta pergunta é necessário levantar algumas questões.

Baseando-se no que foi discutido nos tópicos anteriores, o que permite a este alguém apostar ou tentar apostar? Primeiro, esse modo diferenciado de relação do homem com o mundo é fruto de uma seleção imposta pelas necessidades e práticas da cultura a que ele pertence; e assume um determinado valor pelas mesmas questões discutidas sobre o valor de verdade para uma dada comunidade. Em conclusão a isso, podemos afirmar que aquele homem só pode apostar porque, primeiro, a prática de

apostar foi instituída na cultura da qual faz parte. Segundo, essa ação, a saber, falar 'eu aposto' (até aqui, não sabemos se ele, de fato, apostou ou não) é permitida e determinada por certas regras que se apresentam em todas as situações possíveis de realização de proferimentos deste tipo. Isto ainda não é suficiente para responder a primeira pergunta.

Recorrendo ao que diz Skinner (1957/1992) sobre o significado, podemos levantar dois pontos que serão importantes para a elucidação da questão acima formulada. Segundo Abib (1997), o significado de uma resposta está na relação entre os antecedentes, a própria resposta e sua consequência. Como visto, o ouvinte se encontra tanto nos antecedentes como na disposição das consequências. Sendo assim, quando Tourinho (1994) afirma que o significado pode ser compreendido como "o conjunto de contingências de reforçamento responsáveis pela aquisição e manutenção das respostas verbais" (p. 161), podemos afirmar, levando em conta que a disposição de estímulos reforçadores por parte de um ouvinte é intermitente, que tal ato, por exemplo o de apostar, foi estabelecido sob contingências sociais passadas e mantido por reforços providos por um ouvinte intermitentemente, ou seja, nem sempre são emitidas respostas, por parte do ouvinte, que produzem o efeito convencionalmente esperado, o que não invalida ou descaracteriza o ato emitido, mas apenas o submete à infelicidade.

Ainda sobre esta questão, o ato que está sendo submetido à infelicidade é precisamente aquele que foi estabelecido e mantido, enquanto prática linguística, na relação de condições específicas e seus efeitos, no caso e por consequência disso, os efeitos convencionalmente esperados. Porém, quando Austin (1962/1990) apresenta e discute o ato perlocucionário, ele chama atenção para o fato de que qualquer efeito disposto pelo interlocutor, se não modifica, atribui propriedades para a ação realizada e é justamente neste fato que o ato perlocucionário encontra sua definição. Por exemplo, se eu aviso algo a alguém dizendo haverá prova amanhã! e este se alarma, esse efeito convencionalmente não esperado, ou seja, o alarido para o ato de avisar permite tanto um modo diferenciado de apreensão (uptake) em um momento de interação como também atribui ao ato total de fala, por referir-se a ele, um caráter de indeterminação<sup>4</sup>. Deste modo, ele pode estar mantendo o ato de avisar por se encontrar no exato momento de sua intermitência (lembrando que há um efeito específico para o ato de avisar, o de ser avisado), como também estabelecendo novas possibilidades de relações entre os interlocutores.

<sup>4</sup> Esse caráter de indeterminação conserva em sua definição filosófica um paradoxo. Ele não quer dizer que o ato de fala não possua determinantes (isto fica claro ao longo do trabalho), mas, de fato, o contrário disso, ou seja, que ele possui sim uma gama de determinantes (e por isso mesmo não é um mero acidente sem sentido da relação). Esses determinantes não podem ser encerrados em uma definição única e conclusiva. Tal conceito (indeterminação) traz consigo a possibilidade do inesperado, de mudanças, seja no interior de um modo específico de relação, seja na produção de novos modos.

Austin (1962/1990) afirma que, para o ato ilocucionário ser levado a cabo, ou seja, ser feliz por respeitar todo o conjunto de convenções descritas na doutrina das infelicidades, é preciso que, no momento da interação, seja assegurada, por parte do ouvinte, a apreensão da força que um determinado proferimento tem naquelas circunstâncias, isto é, que certos elementos significativos do 'jogo' no qual está articulado tal proferimento sejam compreensíveis.

Segundo Skinner (1957/1992), "pode-se dizer que o ouvinte compreende o falante pelo simples fato de ele se comportar de maneira apropriada (p. 331). De modo geral, o comportamento do ouvinte ocorre de maneira apropriada não apenas quando este, por exemplo, obedece àquela ordem, mas também, e entre outras coisas, quando este diz não, ou seja, a partir das circunstâncias e dos estímulos arranjados por um falante, o ouvinte responde sob controle discriminativo de propriedades que controlam comportamentos diversos. Segundo Baptista (2001), "a compreensão, nesse âmbito, é tratada como um efeito que o comportamento verbal do falante exerce sobre o ouvinte. Este, através do seu comportamento, demonstra aquele efeito do comportamento do falante, isto é, a sua própria compreensão" (p. 78). Segundo Skinner (1957/1992):

A explicação última de qualquer tipo de comportamento verbal depende da ação que o ouvinte executa em relação a ele. Uma ação eficaz requer um estímulo verbal que seja 'inteligível' no sentido de claro e bom som, e que permaneça em uma relação razoavelmente estável com as condições sob as quais ele é emitido. Quando perguntamos "Você viu o que aconteceu ou alguém lhe disse?" estamos pedindo mais informações sobre as relações de controle... Pelo fato de as relações de controle serem tão importantes, os ambientes verbais bem desenvolvidos encorajam o falante a emitir respostas colaterais que as descrevam (p. 315).

Essa elaboração é apresentada no contexto da discussão sobre os autoclíticos, que, segundo Skinner (1957/1992), são os operantes 'manipulados' pelo falante (lembrando que manipular também é um comportamento, e por isso adquirido e mantido por contingências de reforçamento) para produzir efeitos mais precisos no ouvinte. Segundo ele, os "autoclíticos de força poderiam ser omitidos sem mudar a natureza do efeito sobre o ouvinte, mas eles tornam esse efeito mais preciso por permitirem ao ouvinte modificar conseqüentemente, de forma apropriada, sua ação" (Skinner, 1957/1992, p. 316). "A função autoclítica começa a surgir de forma mais clara quando se particulariza uma ação mais específica sobre o ouvinte" (Skinner, 1957/1992, p. 321). Os autoclíticos, denominados descritivos, indicam "algo acerca das circunstâncias nas quais uma resposta é emitida, ou algo acerca da condição do falante, incluindo a força de seu comportamento verbal" (Skinner, 1957/1992, p. 322), o que permite uma maior

compreensão e por isso uma maior probabilidade de que o ouvinte venha a responder de forma mais eficaz.

Quando Skinner diz que “uma ação eficaz requer um estímulo verbal que é ‘inteligível’...” (Skinner, 1957/1992, p. 315), isto pode ser entendido como uma condição para que o próprio estímulo arranjado pelo falante se constitua enquanto discriminativo e, portanto, estabeleça algum tipo de controle de respostas mais eficazes (lembrando que o ouvinte responde de acordo com as contingências de reforçamento que modelaram e mantiveram diferencialmente suas respostas). É neste sentido que, segundo Skinner (1957/1992), “mandos um pouco mais explícitos sobre o ouvinte estão envolvidos com o problema prático de tornar uma resposta eficaz sobre ele” (p. 322).

Um mando é mais claramente eficaz se precedido por *Eu lhe peço ou exijo*, e vários tipos de tactos são precedidos por *Eu lhe digo, eu lhe estou dizendo, eu declaro* (um estado de guerra), *eu observei* (que ele está ausente hoje), *eu considero* (uma vergonha), *eu os declaro* (marido e mulher) ... Em cada caso, o autoclítico que descreve o comportamento do falante poderia ser omitido, mas a resposta seria menos eficaz sobre o ouvinte (Skinner, 1957/1992, p. 315).

Esta mesma problemática é discutida por Austin (1962/1990) no seguintes termos:

É tão óbvio quanto importante que possamos ocasionalmente usar o proferimento “Vá” para fazer praticamente o mesmo que fazemos com o proferimento “Ordene-lhe que vá”. E diríamos sem hesitar ao descrever subsequentemente o que alguém fez, que em ambos os casos ele nos ordenou que fôssemos. Isso pode, entretanto, ser de fato incerto, no que concerne ao simples proferimento, sempre permanece incerto quando usamos uma fórmula tão implícita quanto o mero imperativo “vá”, se o falante está dando uma ordem (ou pretendendo dar uma ordem) ou se está simplesmente aconselhando, incentivando, ou qualquer coisa do tipo... Do mesmo modo, “Estarei lá” pode ser ou não uma promessa. Em todos esses casos temos performativos primitivos em contraste com performativos explícitos; mas pode não haver absolutamente nada nas circunstâncias dadas que nos possibilite decidir se o proferimento é ou não performativo (p. 42).

Segundo aquilo que foi dito sobre significado e compreensão, e articulando estes dois conceitos na afirmação de que compreender é compreender significados, o que é demonstrado pela própria resposta do ouvinte, podemos afirmar que, quanto mais transparente e inteligível apresenta-se este conjunto de variáveis, mais facilmente o ouvinte

poderá se engajar, em resposta a tal apresentação, em ações mais eficazes. Isto é exemplificado no seguinte trecho de Skinner (1957/1992): “quando perguntamos ‘*Você viu o que aconteceu ou alguém lhe disse?*’ estamos pedindo mais informações sobre as relações de controle” (pp. 314-315). Desta forma, o conjunto das variáveis que determinaram o comportamento do falante proporciona, ao ouvinte, uma maior possibilidade de discriminação, e por isso, de compreensão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A linguagem, a partir da ótica aqui apresentada, é entendida de uma perspectiva anti-representacionista. As partes constitutivas ou as unidades de análise da linguagem a partir do movimento que inaugura o anti-representacionismo não poderiam ser mais apenas as estruturas morfológicas, sintáticas ou semânticas, mas as condições de uso, os usos, os efeitos etc. Percebendo que Austin e Skinner estavam inseridos nesse movimento, procedeu-se, no que tange especificamente ao estudo da linguagem e suas relações, a uma tentativa de articular certos conceitos encontrados nos sistemas explicativos dos dois autores e, a partir disso, uma discussão de alguns temas que se mostraram mais relevantes na aproximação de seus pontos de vista, sintetizados nos tópicos do presente trabalho.

O primeiro tópico, intitulado *Linguagem e Verdade*, focalizou mais detidamente a relação linguagem e realidade. Teve como suporte de análise, assim como os dois tópicos seguintes, os conceitos de Wittgenstein, e isto por dois motivos. a) a relação já bem estabelecida entre tais conceitos e conceitos elaborados por Skinner, relação encontrada, por exemplo, nas obras de Baptista (2001), Lampreia (1992) e Tourinho (1994); e b) a filosofia analítica, de certo modo, inaugurada por Wittgenstein e levada a cabo por Austin. Um ponto que ficou claro e permitiu uma aproximação entre os autores foi o fato de que estes autores elaboram um discurso funcionalista e, em certa medida, pragmático para a explicação da relação entre linguagem e realidade e de sua tributária noção de verdade. O segundo tópico, *Linguagem e as Convenções*, permitiu tanto uma discussão do conceito de comportamento verbal à luz das convenções, como observar e discutir, a partir de sua relação, aqui estabelecida, com a noção de atos de fala, questões como as determinações sociais deste modo diferenciado de relação do homem com o mundo (o comportamento verbal), apresentando-as, deste modo, enquanto condições de possibilidades diversas. O terceiro tópico, *Significado e Força Illocucionária*, e o quarto, *Compreensão e Apreensão como Critérios de Eficácia*, foram temas que, de certo modo, extrapolaram o objetivo inicial e específico deste trabalho, a saber, examinar como é elaborada a relação entre linguagem e realidade e o caráter social das práticas lingüísticas nas obras de Skinner e Austin. Porém, contribuíram para a

compreensão da posição anti-representacionista desses autores frente aos problemas da linguagem, principalmente quando estes elaboram a noção de significado não como propriedade inalienável de um discurso, mesmo que bem elaborado, mas como algo fluido e dependente dos diversos contextos e 'jogos' instituídos em uma dada comunidade verbal.

## REFERÊNCIAS

- Abib, J. A. D. (1994). O contextualismo do comportamento verbal: A teoria skinneriana do significado e sua crítica ao conceito de referência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 10(3), 473-487.
- Abib, J. A. D. (1997). *Teorias do comportamento e subjetividade na psicologia*. São Carlos: Ed. UFSCar.
- Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer: Palavras e ação*. (Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho). Porto Alegre: Artes Médicas. Publicado originalmente em 1962.
- Baptista, Q. G. (2001). *Compreensão de leitura na análise do comportamento*. Tese de doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.
- Hacker, P. M. S. (1999). *Wittgenstein: Sobre a natureza humana*. Coleção Grandes Filósofos. São Paulo, Unesp. Publicado originalmente em 1997.
- Lampraia, C. (1992). *As propostas anti-mentalistas no desenvolvimento cognitivo: Uma discussão de seus limites*. Tese de doutorado: São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Otoni, P. (2002). John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, 18(1), 117-143. São Paulo.
- Skinner, B.F. (1965). *Science and human behavior*. New York: Free Press. Publicado originalmente em 1953.
- Skinner, B.F. (1992). *Verbal behavior*. New Jersey: Englewood Cliffs. Publicado originalmente em 1957.
- Skinner, B.F. (1993). *About behaviorism*. London: Penguin Books. Publicado originalmente em 1974.
- Skinner, B.F. (1995). *Questões recentes na análise do comportamento*. (Trad. Anita Liberalesso Néri). Campinas: Papirus. Publicado originalmente em 1989.
- Souza Filho, D. M. de. (1992). *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo: Cortez.
- Tourinho, E. Z. (1994). *Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo: Uma discussão epistemológica do pensamento de B. F. Skinner*. Tese de Doutorado: São Paulo. Universidade de São Paulo.
- Wittgenstein, L. (1988). *Philosophical investigations*, (3ª edição. Tradução de G. E. M. Auscombe). Oxford: Blackweel. Publicado originalmente em 1953.

## RESUMO

O presente trabalho discute o problema da linguagem a partir de uma oposição entre os que a concebem como um sistema de representação da realidade e os que a interpretam como um modo de ação do homem no mundo. O trabalho foi orientado por dois conjuntos de referências conceituais: a) a filosofia, especificamente a filosofia analítica, a partir de Wittgenstein e da análise da linguagem ordinária encontrada na teoria dos atos de fala de J. L. Austin; e b) a psicologia, em particular o behaviorismo

radical de B. F. Skinner. O trabalho tem por objetivo examinar como são elaborados a relação entre linguagem e realidade e o caráter social das práticas lingüísticas em algumas obras de Skinner e Austin para, a partir disso, discutir possíveis aproximações com respeito às questões referidas. Um primeiro ponto de convergência identificado diz respeito à aproximação de Skinner e Austin a uma tradição anti-representacionista. Em ambos, encontra-se a funcionalidade como critério de verdade. Um outro ponto foi o papel das convenções na definição das práticas de uma comunidade lingüística (ou verbal). Este ponto foi elaborado a partir da noção de regras e critérios, em Wittgenstein, passando pelo condicionamento operante em uma comunidade verbal, em Skinner, e pelos procedimentos e pela doutrina das infelicidades, em Austin. A partir dessas questões, fez-se ainda um levantamento de informações acerca da noção de significado em Skinner e da noção de força ilocucionária em Austin, cuja convergência encontra-se justamente no caráter social das práticas lingüísticas. Um último ponto discutido faz referência à compreensão ou apreensão do significado ou força ilocucionária como critério para a eficácia de uma dada ação realizada.

Palavras-chave: linguagem, comportamento verbal, convenções, Skinner, Austin.

## **ABSTRACT**

The present paper discusses language from the standpoint of an opposition between representational views and interpretations of linguistic acts as a type of action in the world. Two sets of conceptual references guided the analysis: a) Philosophy, specifically Austin's analytic Philosophy; and b) Psychology, particularly B. F. Skinner's radical behaviorism. The paper aims to examine the relationship between language and reality, as well as the social character of linguistic practices, as these are approached in some of Skinner's and Austin's works. Some possible similarities found in the works examined are then highlighted. A first similarity refers to Skinner's and Austin's adherence to an anti-representationalist view of language, and the adoption of a functional truth criterion. A second similarity is found in the role that both Skinner and Austin ascribe to conventions as they discuss the practices of a linguistic (or verbal) community. This point is discussed in the light of Wittgenstein's concepts of rules and criteria, Skinner's reference to operant conditioning in a verbal community, and Austin's doctrine of the unhappiness. The paper also contrasts Skinner's view of meaning and Austin's reference to the illocutionary force. It is suggested that in both cases one finds the reference to the social practices which define them. One last point discussed is related to comprehension or apprehension of meaning or illocutionary force as criteria for the effectiveness of a certain performed action.

Key words: language, verbal behavior, conventions, Skinner, Austin.